

# Políticas Públicas na Educação Brasileira

Miriam Adalgisa Bedim Godoy  
Sandra Aparecida Machado Polon  
(Organizadoras)



Miriam Adalgisa Bedim Godoy  
Sandra Aparecida Machado Polon  
(Organizadoras)

## POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

---

Atena Editora  
2017

2017 by Miriam Adalgisa Bedim Godoy & Sandra Aparecida Machado Polon

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira

**Edição de Arte e Capa:** Geraldo Alves

**Revisão:** Os autores

### Conselho Editorial

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriana Regina Redivo – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)</b> <b>(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>
---

P769

Políticas públicas na educação brasileira / Organizadoras Miriam Adalgisa Bedim Godoy, Sandra Aparecida Machado Polon. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2017.

573 kbytes

Formato: PDF

ISBN 978-85-93243-49-3

DOI 10.22533/at.ed.493172311

Inclui bibliografia

1. Educação e estado - Brasil. 2. Escolas – Organização e administração. I. Godoy, Adalgisa Bedim. II. Polon, Sandra Aparecida Machado. III. Título.

CDD-379.81

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

2017

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Atena Editora

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

E-mail: [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## Sumário

CAPÍTULO I POLÍTICA, GESTÃO E DIVERSIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA <i>Miriam Adalgisa Bedim Godoy e Sandra Aparecida Machado Polon</i> .....	6
CAPÍTULO II A MISSÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NA SOCIEDADE EMPREENDEDORA: DESAFIOS PARA A GESTÃO <i>Raimunda Maria da Cunha Ribeiro</i> .....	19
CAPÍTULO III A DIMENSÃO DO TRABALHO DOCENTE SOB A ÉGIDE DA REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL NA GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR <i>Noádia Munhoz Pereira</i> .....	35
CAPÍTULO IV AGENTES DE IMPLEMENTAÇÃO: UMA MANEIRA DE ANALISAR POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA <i>Livia Cristina Ribeiro dos Reis</i> .....	49
CAPÍTULO V EAD E A FORMAÇÃO DE GESTORES ESCOLARES: IMPLICAÇÕES ENTRE A LEGISLAÇÃO E A POLÍTICA EDUCACIONAL <i>Alexsandra dos Santos Oliveira</i> .....	64
CAPÍTULO VI O TRABALHO DE DIRETOR DE ESCOLA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE RIO BRANCO-ACRE: ENTRE AS POLÍTICAS DE RESULTADOS E A GESTÃO DEMOCRÁTICA <i>Lúcia de Fátima Melo e Ednaceli Abreu Damasceno</i> .....	77
CAPÍTULO VII O FEDERALISMO EDUCACIONAL E O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR: A EXPERIÊNCIA DE GESTÃO NO MUNICÍPIO CANAVIEIRAS - BA <i>Darluce Andrade de Queiroz e Ana Paula Souza Báfica</i> .....	92
CAPÍTULO VIII O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DO CICLO DA POLÍTICA <i>Sílvia Maria Oliveira de Souza e Luis Carlos Sales</i> .....	106
CAPÍTULO IX PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR): CONFIGURAÇÕES DA GESTÃO EDUCACIONAL NA REDE DE ENSINO MUNICIPAL <i>Gildecio Santos Pereira e Odete da Cruz Mendes</i> .....	120

CAPÍTULO X	
GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEPÇÕES DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CONSELHEIROS DO FUNDEB EM MUNICÍPIOS DO NORDESTE BRASILEIRO	
<i>Patrícia Maria Uchôa Simões, Juceli Bengert Lima e Manoel Zózimo Neto</i> .....	133
CAPÍTULO XI	
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: AVALIAÇÃO E FINANCIAMENTO	
<i>Bartolomeu José Ribeiro de Sousa e Rose Cleia Ramos da Silva</i> .....	147
CAPÍTULO XII	
O REGIME DE COLABORAÇÃO NO CONTEXTO DOS PLANOS DECENAIS DE EDUCAÇÃO: CENÁRIO DOS MUNICÍPIOS BAIANOS QUANTO À ELABORAÇÃO E ADEQUAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	
<i>Luzinete Barbosa Lyrio e Jean Mário Araújo Costa</i> .....	165
CAPÍTULO XIII	
PROFISSÃO PROFESSOR: UMA ESCOLHA FEITA A PARTIR DA VIVÊNCIA NO PIBID	
<i>Cláudia Alves da Silva e Antônia Sueli da Silva Gomes Temóteo</i> .....	178
CAPÍTULO XIV	
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O NOVO CENÁRIO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NO CAMPO DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO	
<i>Sara Rozinda Martins Moura Sá dos Passos e Jane Rangel Alves Barbosa</i> .....	190
CAPÍTULO XV	
O ENSINO DE SURDOS: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E A ESTRUTURA E RECURSOS DE MUNICÍPIOS CEARENSES	
<i>Germana Costa Paixão e José Nelson Arruda Filho</i> .....	203
CAPÍTULO XVI	
SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO MODULAR DE ENSINO (SOME): A REALIDADE DA OFERTA DO ENSINO MÉDIO NO CAMPO NA MESORREGIÃO DE CAMETÁ/PA	
<i>Maria Sueli Correa dos Prazeres e Odete da Cruz Mendes</i> .....	218
CAPÍTULO XVII	
ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA E O DIREITO À CAPACITAÇÃO PARA O TRABALHO: DESAFIOS PARA A INCLUSÃO SOCIAL	
<i>Amanda Maximo Silva e Rosa Elisa Mirra Barone</i> .....	231
CAPÍTULO XVIII	
CARNAVAL E SAMBA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR	
<i>Claudio Oliveira Fernandes e Irandi Pereira</i> .....	245

CAPÍTULO XIX	
EDUCAÇÃO E IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL	
<i>Jorge Fernandes</i> .....	257
CAPÍTULO XX	
PROJETO PORONGA: UMA POLÍTICA PÚBLICA DE ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
<i>Emilly Ganum Areal e Lúcia de Fátima Melo</i> .....	270
CAPÍTULO XXI	
AS DEMANDAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NAS REDES PÚBLICAS DE ENSINO: UM ESTUDO À LUZ DAS PAUTAS SINDICAIS	
<i>Aline Chalus Vernick Carissimi e Ana Denise Ribas de Oliveira</i> .....	284
CAPÍTULO XII	
O PROJETO DE INTRODUÇÃO DA DISCIPLINA DE METODOLOGIA DA PESQUISA NA ESCOLA NAVAL	
<i>Hercules Guimarães Honorato</i> .....	295
Sobre as organizadoras.....	309
Sobre os autores.....	310

## **CAPÍTULO II**

### **A MISSÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NA SOCIEDADE EMPREENDEDORA: DESAFIOS PARA A GESTÃO**

---

**Raimunda Maria da Cunha Ribeiro**

## A MISSÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NA SOCIEDADE EMPREENDEDORA: DESAFIOS PARA A GESTÃO

**Raimunda Maria da Cunha Ribeiro**

Universidade Estadual do Piauí – curso de Pedagogia  
Corrente-PI

**RESUMO:** A gestão universitária é um tema que aparece de forma recorrente nos debates em torno da missão das IES frente às demandas da sociedade atual. Não deixa de ser uma questão emblemática, porque tais demandas advêm de vertentes diferentes, ora do campo social ora do campo econômico. O objetivo deste artigo é analisar a missão da universidade pública brasileira, no sentido de identificar o paradigma de gestão determinante na constituição de sua institucionalidade. A metodologia adotada foi a abordagem qualitativa, com a utilização de análise de documentos como técnica de coleta de dados. As IES participantes somam um total de 10, sendo cinco federais e cinco estaduais. Percebe-se que as universidades públicas enfrentam a difícil tarefa de aliar sua missão social e educacional aos conceitos advindos do campo econômico.

**PALAVRAS-CHAVE:** universidade, missão, sociedade, conhecimento, economia.

### 1. INTRODUÇÃO

A principal dificuldade da gestão da universidade pública atual, talvez não esteja fora dela, mas em seu próprio sistema, na forma como organiza sua própria governança. O que mais provoca tensões no universo das instituições está, provavelmente, relacionado à dificuldade de adequação a um novo modelo de sociedade e às novas formas como as relações sociais se estabelecem, em um mundo onde a economia quase sempre determina as políticas sociais e as educacionais.

Adequar-se a um novo paradigma de sociedade, marcada pela competitividade do campo econômico, é uma tarefa um tanto complexa, visto que as forças sociais e do mercado influenciam diretamente na governança acadêmica e nas ações da gestão das instituições de ensino superior. Um exemplo que ilustra este quadro é a finalidade do conhecimento produzido na universidade, o qual tem recorrentemente se tornado moeda de valor na sociedade do conhecimento, da ciência e da tecnologia. O conhecimento gera patentes e estas geram poder, prestígio e dinheiro para a instituição. Daí a competitividade entre os docentes e entre as próprias instituições na corrida pela produtividade e pelo melhor lugar nos *rankings* nacionais e internacionais. Pode-se dizer que as IES atravessam um momento de mudança e de adaptação, para não perder a essência da dimensão humana de sua missão e não dedicar-se exageradamente à promoção do desenvolvimento econômico.

Este estudo foi orientado a partir da seguinte problemática: de que forma a universidade pública brasileira organiza sua gestão, com base na missão, nos princípios e nas finalidades definidos nos Estatutos e Planos de Desenvolvimento Institucional? Assim, o objetivo implica em analisar a missão da universidade pública brasileira, no sentido de identificar o paradigma de gestão determinante na constituição de sua institucionalidade.

A metodologia adotada foi a abordagem qualitativa, com a utilização de análise de documentos como técnica de coleta de dados. Os documentos analisados foram: os Estatutos e os Planos de Desenvolvimento Institucional das universidades inseridas no estudo. As IES participantes somam um total de 10, sendo cinco federais e cinco estaduais. Dentre elas: Universidade do Estado do Amazonas, Universidade Estadual do Ceará, Universidade Estadual de Goiás, Universidade do Estado de Minas Gerais, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Amazonas, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Estas instituições fazem parte de um estudo mais amplo sobre a natureza da gestão da universidade brasileira. Foram escolhida segundo os seguintes critérios: são as instituições, contempladas no estudo, que receberam a visita in loco da pesquisadora e coordenadora do projeto; são instituições presentes, um pouco, por todo território nacional, considerando as cinco regiões geográficas brasileiras. A análise dos documentos referidos contemplam, principalmente, os textos da missão, dos princípios e das finalidades das instituições.

O estudo teórico foi organizado, de forma, a discutir a missão da universidade pública na sociedade empreendedora e, a gestão universitária frente aos desafios na sociedade do conhecimento. Na parte empírica nos propomos analisar a missão, os princípios e as finalidades das universidade à luz dos documentos institucionais: Estatuto e Plano de Desenvolvimento Institucional.

## **2. A MISSÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NA SOCIEDADE EMPREENDEDORA**

A universidade é uma instituição que nasceu com a missão de gerar e difundir o conhecimento, um espaço irradiador de ideias e *locus* promotor de ciência e cultura. Independentemente do modelo adquirido ao longo de sua história, seja humboldtiano, napoleônico ou o de Oxibridge, a universidade contemporânea carrega em seu bojo a missão de gerar e difundir o conhecimento científico, tecnológico e humanístico para a promoção do desenvolvimento social, cultural, econômico e, agora, recorrentemente, no debate sobre a missão da educação superior, o desenvolvimento para a sustentabilidade e a qualidade de vida no planeta. É certo que o desenvolvimento destes modelos nos diferentes contextos nacionais deram origem a diferentes tipos de instituições e de sistemas de ensino superior, mas parecem partilhar a ideologia e o mesmo senso comum intelectual acerca do ensino superior claramente fundado numa óbvia fé na ciência e na técnica

(MAGALHÃES, 2006).

O debate em torno da missão da universidade é, por certo, marcado por tensões que são peculiares a este campo. Por um lado, a ideia centrada no desenvolvimento social e na formação ética para o exercício da cidadania remete ao papel social da universidade, como geradora de conhecimento para a solução dos problemas sociais mais urgentes – é a universidade como instrumento de ciência e cultura para a promoção humana. Por outro lado, o caráter elitista e mercantilista dessa instituição de ensino, quando posiciona-se como espaço gerador de conhecimento para o fortalecimento do mercado empregador e, em consequência, um espaço de contribuição para a promoção da competitividade.

Segundo Magalhães (2006), não só o conhecimento e o seu manuseamento definem a missão da universidade e sua natureza promotora de educação superior. A essa natureza são acrescentados outros elementos igualmente estruturantes, principalmente, nas sociedades capitalistas, como exemplo citamos: a funcionalidade destas instituições em relação à consolidação e desenvolvimento do Estado-nação. Para o autor, os quadros necessários ao funcionamento e estrutura do aparelho de Estados podem encontrar nas instituições de ensino superior o lugar privilegiado para sua formação. De igual opinião, está Santos (1994), quando trata da universidade como um campo de tensões, seja na investigação, no ensino, na extensão ou na gestão, gerando, dessa forma, crises que ele denomina de crise de hegemonia, de legitimidade e institucional.

As políticas educacionais para este nível de ensino têm se orientado para um projeto de educação, sob a influência de organismos internacionais (Exemplos: OCDE, Banco Mundial, UNESCO) de caráter econômico, financeiro e ideológico, para a formação de profissionais capazes de intervir na sociedade para o fortalecimento da economia e para a visível competitividade do mercado de trabalho. A própria universidade tem se posicionado como espaço de promoção da meritocracia, fazendo do conhecimento uma moeda de elevado nível de competitividade econômica.

Sobrinho (2005) defende que a universidade, embora tenha que submeter-se a várias forças advindas do mercado, ela não pertence puramente ao mundo dos negócios, pois tem a capacidade de combinar elementos econômicos e sentidos éticos do público e do privado. Se o mundo dos negócios fundamenta-se em conceitos, os quais reforçam suas práticas (individualismo, competitividade, utilitarismo, maximização dos rendimentos e a cultura dos resultados), a universidade, por sua vez, tem a capacidade de se comportar como uma instituição que se realiza por meio de práticas humanas, ações constitutivas do ético e do político. O autor argumenta, entretanto, que, se o mundo moderno resultou das revoluções educativa, industrial e democrática, isso, deveu-se muito às operações de construção e transmissão dos conhecimentos de alto nível, à docência e à investigação a que a universidade tem se dedicado.

A universidade precisa se reconhecer como uma instituição que está na vanguarda do desenvolvimento e, para tanto, não deve perder de vista os desafios que lhes são postos. Isso se faz revisitando e atualizando a sua missão. Autores

como Zabalza (2004) e Santos (2010) fazem algumas reflexões acerca do papel social e educacional da universidade, a fim de atender às demandas no século XXI, quais sejam: mundo globalizado, rápidas mudanças em todo o globo, sociedade do conhecimento, aluno digital, comunicação em rede, acesso rápido à informação, transnacionalização do mercado da educação superior, sociedade dinâmica e competitiva, desafio da sustentabilidade e a urgente necessidade da cultura da paz, da igualdade e da justiça social. Portanto, a universidade precisa saber enfrentar tais demandas, lutando por sua definição e sua autonomia, perseguindo a excelência, promovendo ensino, pesquisa e extensão, de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural, econômico e sustentável, construindo a democracia e os mecanismos de participação, a liderança acadêmica e a organização da aprendizagem.

### **3. A GESTÃO UNIVERSITÁRIA CONTEMPORÂNEA E OS DESAFIOS NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO**

A gestão universitária é matéria fundamentada na Constituição Federal/88, a qual legitima a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. A LDB n. 9394/96, de igual forma, assegura a autonomia das universidades. Para garantir a autonomia no modelo de gestão democrática, a universidade regimenta seus colegiados, instituindo-lhes poderes consultivos, normativos e deliberativos. A autonomia é uma exigência necessária para satisfazer as missões institucionais, através da qualidade, relevância, eficiência, transparência e responsabilidade social (UNESCO, 2009); é o direito ao autogoverno, sem imposição externa e sem interferências de qualquer outra instituição (RIBEIRO, 1982). A universidade não caminha sozinha, porque, para além da comunidade interna, existe uma parte externa interessada em seus resultados e, que, por isso mesmo, pode afetar a sua autonomia. Trata-se dos *stakeholders*: ex-alunos, alunos, docentes, comunidade empresarial, famílias, agências de fomento, governo. Eles estão e se fazem presentes na implementação da governança da universidade, intervêm e influenciam nas tomadas de decisão. Este é um ponto de tensão no cenário da gestão universitária, que merece reflexão: a relevância da autonomia e a influência dos *stakeholders*.

A gestão colegiada tende a assegurar a autonomia e assim, transformar a universidade em um sistema absolutamente atípico no âmbito das organizações pelo alto nível de democracia de que se impregnou, nos últimos anos, sua gestão e sua organização interna (ZABALZA, 2004). Isso significa que nenhuma outra instituição social introduziu em suas dinâmicas de funcionamento estruturas de participação tão democráticas como o fez a universidade, através de seus órgãos colegiados. A universidade democrática ultrapassa o espaço de ideias e saberes, para se tornar uma congregação de pessoas e superar as desigualdades de seu interior.

A democracia possibilita a criação do que Santos (2010, p. 98) chama de “vínculo político orgânico entre a universidade e a sociedade e, que também por isso,

põe fim ao isolamento da universidade que nos últimos anos se tornou anátema, considerado manifestação de elitismo, de corporativismo e de encerramento na torre de marfim”. O autor ainda adverte que a pressão empresarial sobre a universidade tem feito um ataque sistêmico ao seu modelo de democracia. Eis a razão: a funcionalização da universidade ao serviço do capital exige a proletarização de docentes e pesquisadores, o qual não pode ocorrer enquanto os mecanismos de democracia interna estiverem ativos, pois são eles que sustentam a liberdade acadêmica que barra a passagem à proletarização.

A universidade é uma instituição que está envolvida nos projetos sociais e econômicos, dada a importância da contribuição do conhecimento para o desenvolvimento da sociedade. Zabalza (2004) vê a universidade como um espaço em mudança e, que por isso, precisa ser pensada e atuar a partir de perspectivas muito mais abertas às novas dinâmicas da globalização. Um dos aspectos que merece atenção da gestão universitária em um tempo de transformação é o estabelecimento de uma nova cultura universitária, sob a tendência que considera o conhecimento como algo dinâmico, pressupondo que a universidade precisa renovar, constantemente, seu sentido social e sua missão.

Na sociedade atual, o conhecimento transformou-se no principal fator de produção, explicitando-se com muita nitidez sua imediata vinculação com o mercado de trabalho (MACHADO, 2001, p.1). Dessa forma, torna-se mais notável a importância da educação para a justa “distribuição” desse “bem” (grifos do autor) e, portanto, a universidade, como centro de criação de conhecimento, assume papel de destaque nesse cenário. Os fins do conhecimento revelam, portanto, um ponto de contradição no contexto da educação superior.

Conforme Machado (2001, p.1), mesmo sendo o conhecimento considerado um “ativo” (grifos do autor) em sentido econômico, certamente, este não pode ser tratado como uma mercadoria em sentido industrial, sem a ocorrência de efeitos colaterais insólitos, ou sem a emergência de situações paradoxais, de verdadeiros becos sem saídas. Na sociedade emergente do conhecimento, conforme argumentam os autores Escrigas e Lobera (2009), o sistema de educação superior, encontra-se altamente especializado, com grande valor econômico sendo dado ao conhecimento, em um contexto onde aplicações e consumo da tecnociência são considerados básicos para o bem-estar e a prosperidade. Por isso, seria ingênuo imaginar que o sistema científico se organiza e se desenvolve de forma autônoma. Hoje não se pode falar de ciência em abstrato, mas do que os “homens fazem em nome da ciência, por meio dela ou visando seu desenvolvimento” (TRINDADE, 1998, p. 11 – grifos do autor). Trindade também se refere à ética tanto do pesquisador quanto da comunidade científica em todos os propósitos da ciência, de sua utilização e de sua responsabilidade social. É no sentido do desenvolvimento social sustentável que precisa ser construído e proposto o conhecimento, em suas diversas áreas, inclusive em sentido ético, e não apenas em caráter produtivista, para atender a uma sociedade com fins exclusivamente capitalistas.

Na sociedade globalizada e interconectada, o conhecimento tem assumido uma posição de domínio frente ao desenvolvimento social e econômico, à

empregabilidade e à eficiência nos resultados. É preciso, portanto, tomar cuidado na definição da missão e das funções substantivas da universidade, no sentido de atender às demandas de seu tempo e promover o bem-estar social, para além do fortalecimento da economia. Os dados advindos dos documentos institucionais anteriormente definidos, nos permitem ter uma visão (ainda que fragmentada), da realidade da universidade pública acerca do entendimento de sua missão na sociedade atual.

#### **4. A MISSÃO, OS PRINCÍPIOS E AS FINALIDADE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA: O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS**

As universidades inseridas neste estudo são todas de caráter público e, como tal, em conformidade com a Constituição Federal/88, gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, obedecendo, portanto, ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Tais referências constam nos Artigos iniciais de seus Estatutos, como uma forma de delinear seus princípios e as finalidades de suas ações.

A análise dos quadros seguintes foi elaborada com base em categorias, advindas dos textos dos Planos de Desenvolvimento Institucional e dos Estatutos das IES. Neste sentido foram definidos, didaticamente, a partir dos seguintes eixos: missão, princípios e finalidades de cada universidade.

A missão é, geralmente, o texto inicial do Plano de Desenvolvimento Institucional, na qual estão descritas as intenções da instituição. Cada missão tem seu próprio texto, mas as intenções remetem, segundo a análise dos PDI's, para uma mesma conjuntura. Didaticamente, as proposições advindas dos textos analisados, foram divididas em duas perspectivas: missão acadêmica e a missão do ponto de vista da gestão, que chamamos de institucional.

A missão vem, em alta medida, orientada por valores que a instituição designa como sendo os pressupostos que orientam as ações institucionais, seja na perspectiva acadêmica, seja do ponto de vista da organização da gestão. Assim, em conformidade com os valores propostos, as universidades visam promover o ensino, a pesquisa e a extensão para promover o desenvolvimento institucional e social. Quase sempre, encontramos nos textos da missão, valores como ética, humanismo, cooperação e responsabilidade social, seguido do compromisso com o desenvolvimento regional, a formação para a excelência, e a promoção da melhoria da qualidade de vida.

A Figura 01 apresenta, a partir do Plano de Desenvolvimento Institucional das universidades presentes neste estudo, as categorias do ponto de vista acadêmico, advindas dos textos da missão, aqui, especificamente, nomeada de missão acadêmica.

## Missão acadêmica

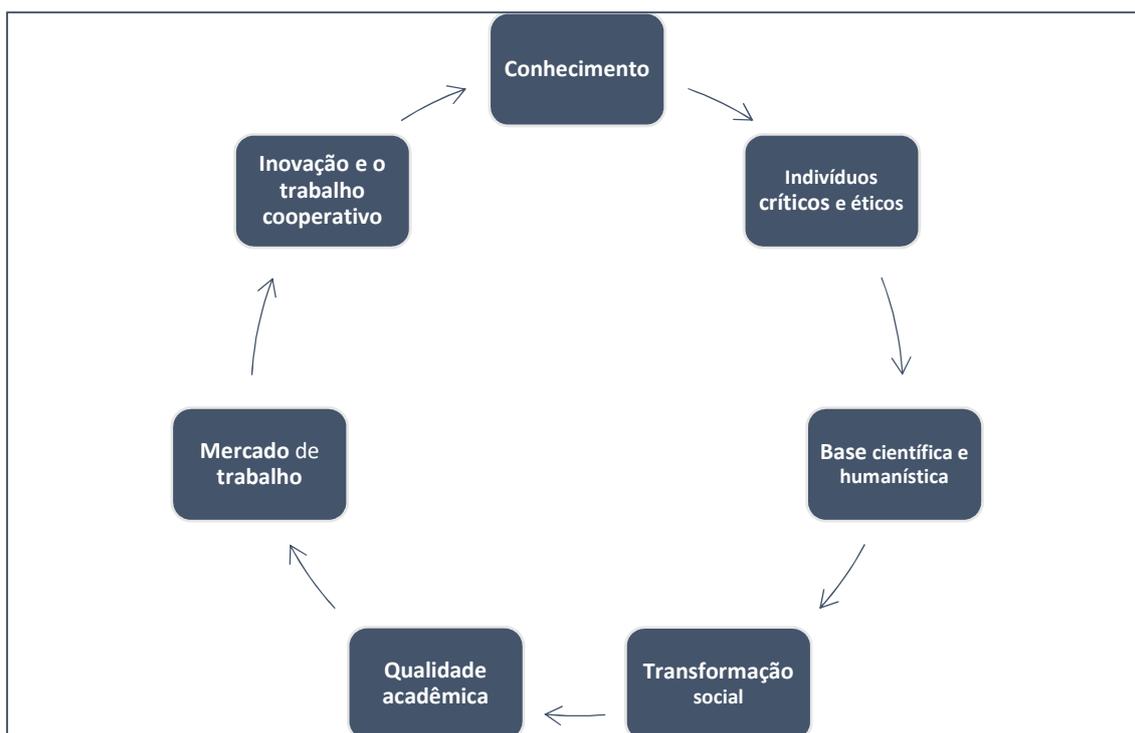


Figura 1: Categorias relacionadas à missão universitária. Fonte: PDI's das IES inseridas neste estudo.

Em linhas gerais, os PDI's, tanto da IES federais quanto das IES estaduais tratam a educação superior com a proposição de formar para o campo social, científico e econômico. As principais proposições, como demonstradas na figura anterior, tratam dos seguintes aspectos: gerar e difundir o conhecimento científico, tecnológico, artístico e humanístico, no sentido de formar indivíduos críticos e éticos, pautados em princípios científicos e humanísticos; formar profissionais capazes de intervir em situações que promovam a transformação da sociedade; buscar o mérito da qualidade acadêmica; promover a inovação e o trabalho cooperativo (principalmente as estaduais); formar para atender às demandas do mercado de trabalho.

O conhecimento é, em grande parte, o responsável pela evolução da humanidade. É através do conhecimento e sua aplicação que os humanos avançam na ciência, na tecnologia e na inovação. O conhecimento gerado e difundido na universidade tem como finalidade primeira a promoção do desenvolvimento em todas as esferas da vida, incluindo o campo social, cultural, econômico e da sustentabilidade.

Escrigas e Lobera (2009), por exemplo, advogam que a era digital e o movimento de conteúdo aberto tem revolucionado o acesso ao conhecimento, o que ajuda a universidade a resgatar sua função reflexiva e crítica. Portanto, na atual conjuntura, a universidade tem o papel de revisitar sua missão e reconhecer-se como mecanismo de elevado nível de importância na geração de novos conhecimentos em

todas as suas dimensões: científica, filosófica, social e ética.

Qual o valor do conhecimento gerado e difundido na universidade? Não podemos abrir mão da seguinte reflexão: uma sociedade que empurra o conhecimento humano, social e ético para segundo plano devido a sua falta e valor de troca, pode ser uma sociedade com um sistema de produção com base no conhecimento, mas não pode ser chamada de uma sociedade do conhecimento (ESCRIGAS e LOBERA, 2009). As forças do mercado têm o poder de impulsionar a universidade a se comportar como uma organização e fazer da educação um negócio rentável.

No sentido de buscar o equilíbrio na missão acadêmica, conforme os documentos analisados, as universidades remetem para um modelo de educação comprometido publicamente com os interesses gerais da sociedade da qual a instituição é parte. A Figura 02, também apresenta as categorias extraídas das declarações de missão das universidades presentes neste estudo, aqui, nomeada de missão institucional, por contemplar as categorias relacionadas à organização e funcionamento da gestão.

Missão institucional

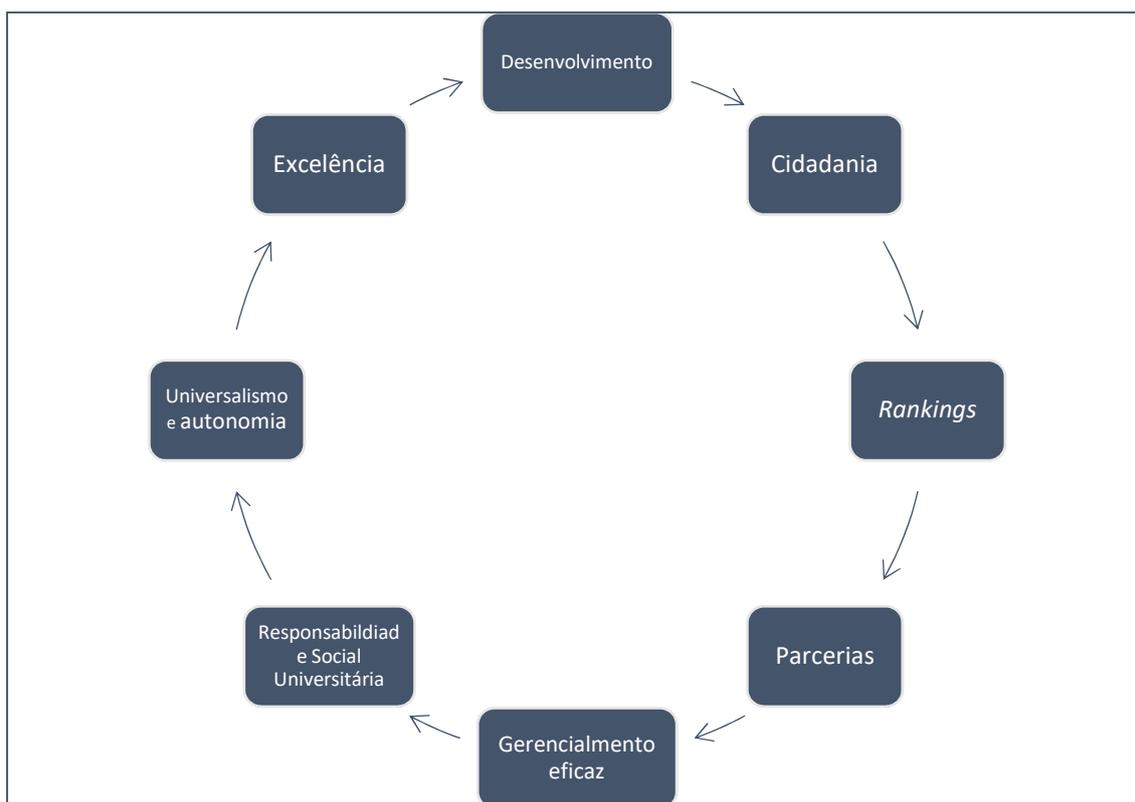


Figura 2: Categorias relacionadas à missão universitária. Fonte: PDI's das IES inseridas neste estudo.

A gestão da universidade contemporânea, tal como está sinalizada na missão das universidades, as quais foram analisados os PDI's, propõe gerar e difundir o conhecimento para o desenvolvimento na dimensão econômica, social e de sustentabilidade. A universidade contemporânea brasileira antevê-se, na missão, como uma instituição estratégica, que precisa perseguir a excelência, melhorar a

posição no *ranking* internacional e comportar-se com base nos valores: universalismo, pluralismo, liderança e autonomia. Esse posicionamento demonstra que a universidade tem uma visão proativa e o seu comportamento pode estar se enveredando para o contexto da universidade empreendedora.

Conceitos como eficácia, excelência, produtividade, competitividade são próprios do mundo dos negócios, mas não é difícil serem engajados no discurso da gestão da universidade, como, inclusive estão postos nos documentos analisados. O perigo está na ênfase que as instituições de ensino superior, de modo geral, estão dando às forças originárias do mercado, quando a sua missão é, sobretudo, formar profissionais capacitados para lidar com questões relacionadas ao desenvolvimento humano, à construção de uma sociedade mais justa e democrática, propor alternativas para questões crônicas que tem atravessado os séculos da humanidade como, por exemplo, a fome, a miséria, as desigualdades sociais, a superposição de culturas. A universidade é uma instituição que precisa estar aberta para a sociedade, produzindo conhecimentos através da pesquisa, do ensino e da extensão, e promovendo o desenvolvimento em suas múltiplas dimensões. Este é o seu compromisso público.

O contexto atual do ensino superior demonstra uma realidade bastante complexa e, por isso, o debate acerca da gestão universitária tem levado ao entendimento de, pelo menos, dois vetores quanto ao comportamento das IES: uma gestão democrática, autônoma e com liberdade acadêmica, por um lado; e uma gestão cada vez mais especializada e exigente, segundo os padrões do mundo capitalista, de outro lado.

A Reforma do Estado instaurada no Brasil em 1995 inaugurou uma era de novos conceitos a serem incorporados no contexto da administração pública, como exemplo, a fenômeno do gerencialismo, do Estado-mínimo e da co-responsabilização da sociedade civil. Tal fenômeno, sem dúvida, influenciou, sobremaneira, o comportamento das instituições de ensino, recaindo sobre a universidade a necessidade do redesenho de sua missão. Para Chauí (2003), esta missão pode ser definida em duas perspectivas: da Universidade como instituição que cria, produz, inventa, abriga, transforma e socializa os conhecimentos que são parte dos elementos constituintes da soberania política, científica e tecnológica dos governos nacionais, e que tem como referência valorativa a sociedade; e da universidade, como organização social reprodutora de conhecimento, inovadora de tecnologias e prestadora de serviços para venda no mercado, sob égide da gerência empresarial. Esse cenário remete para uma reflexão sobre a compreensão da missão social e educacional da universidade: uma instituição para a formação humana ou uma agência prestadora de serviço e de preparação de mão-de-obra para o mercado de trabalho (DIAS SOBRINHO, 2005). A política universitária é, certamente, delineada pelos princípios da gestão oficializada no Estatuto e no Plano de Desenvolvimento Institucional, ou seja, estes são documentos orientadores do comportamento das IES e no cumprimento de suas atribuições. Vejamos as categorias extraídas a partir das declarações dos princípios presentes nos Estatutos das universidades estudadas, conforme a Figura 03.

## Princípios orientadores

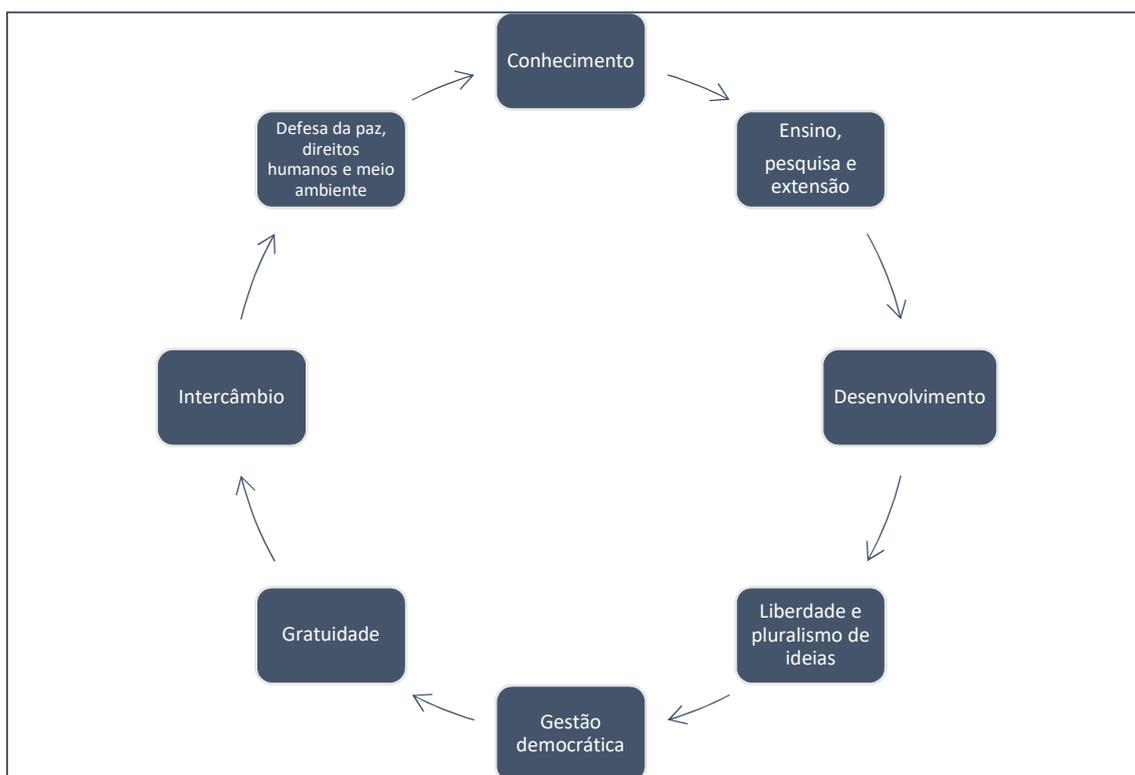


Figura 3: Categorias relacionadas princípios orientadores da gestão universitária. Fonte: Estatutos das IES inseridas neste estudo.

As IES estudadas através da análise de seus Estatutos defendem a universalidade do conhecimento, a partir da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, para fins do desenvolvimento científico, tecnológico, social, econômico e político. Defendem a liberdade de aprender e de ensinar, remetendo à defesa do pluralismo de ideias. A gestão democrática e colegiada com alternância de poder, assumida pelas IES, também leva à lógica da descentralização administrativa, sem, contudo, perder de vista a racionalidade de organização. Como instituições públicas, defendem a publicidade de suas ações, assim como a gratuidade do ensino, a qualidade do ensino e a preparação para o exercício da cidadania, fomento à interdisciplinaridade, valorização profissional, oferta de tecnologia, visando ao desenvolvimento sustentável. Somente as universidades federais defendem a organicidade da estrutura com base em departamentos.

Na tentativa de ser uma instituição moderna, a universidade brasileira busca definir sua importância e, tal como afirma Demo (1991), se comporta de forma a colocar a educação no centro do desenvolvimento. Talvez, por isso, a concepção de desenvolvimento está presente em todos os documentos analisados, seja nos Estatutos, seja nos PDI's. Tal como defende o autor, a universidade não deve criar seus cursos direcionados exclusivamente às exigências do sistema produtivo, que quer dizer, não deve estar apenas voltada para a preparação de profissionais para o mundo empresarial. Autores como Zabalza (2004), Demo (1991), Chauí (2003),

Santos (2010) defendem que os princípios da universidade sejam capazes de orientar os gestores a elaborarem propostas para contribuir na definição de sua institucionalidade. A universidade precisa ser capaz de enfrentar novo com o novo, ou seja, elaborar suas próprias estratégias de superação dos desafios impostos pelas demandas da sociedade do conhecimento.

O redesenho institucional do sistema de ensino superior brasileiro ocorreu num contexto influenciado pela força do capitalismo neoliberal, principalmente, no momento da crise fiscal vivenciada pelo Estado no final do século XX e início do século XXI, remetendo, em grande parte, à concepção de educação superior como uma simples prestação de serviços, oferecida a partir da lógica mercantil de maximização de resultados – o quase-mercado.

Dessa forma, assegura Pereira (2007), que a natureza competitiva do mercado atropela a história, distorce a ordem natural do equilíbrio da consciência social, e as regras institucionais democráticas passam a ser influenciadas pelos valores de mercado. Essa ideologia da competitividade e do individualismo possessivo reduz a subjetividade à realidade econômica. A universidade que se coloca na condição dessa lógica tem a sua institucionalidade esvaziada de conteúdo social e, assim, a definição de seus princípios educacionais tendem a obedecer, cada vez mais, aos objetivos mercantis.

Os documentos analisados demonstram que a universidade brasileira define seus princípios a partir dos aspectos sociais, ambientais, culturais e, também, econômicos. Podemos conferir as finalidades extraídas dos Estatutos da universidades a partir da Figura 04.

Finalidades das IES

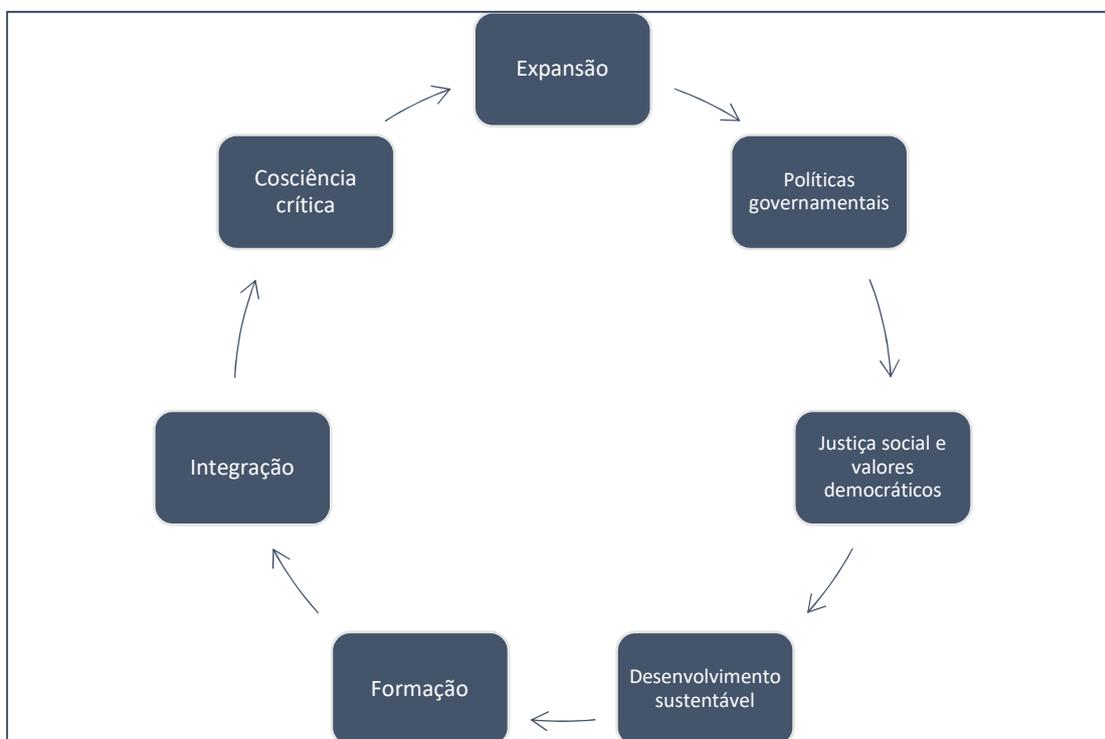


Figura 4: Categorias relacionadas às finalidades da universidade. Fonte: Estatutos das IES inseridas neste estudo.

As finalidades das IES, estudadas através de seus Estatutos, podem ser descritas da seguinte forma: promover educação, desenvolvendo conhecimento científico, artístico, cultural, esportivo e tecnológico; comprometer-se com a expansão do ensino e da cultura; incentivar o conhecimento relacionando o homem e o meio ambiente; participar da elaboração, da execução e do acompanhamento das políticas governamentais (exclusividade das IES estaduais); desenvolver e estimular o conhecimento da tecnologia da informação; promover o intercâmbio cultural, científico e tecnológico; comprometer-se com a justiça social, os valores democráticos e o desenvolvimento sustentável; promover a formação humana, profissional, crítica e reflexiva; promover a formação continuada de profissionais; promover a extensão nos campos das ciências, da tecnologia, das letras e das artes; firmar convênio com instituições públicas ou privadas; estudar os problemas sociais e econômicos da comunidade, com o propósito de contribuir com o desenvolvimento; promover a integração dos diferentes grupos sociais e étnicos à Universidade; formar cidadãos, estimulando o desenvolvimento da consciência ética na comunidade universitária.

As finalidades acima descritas demonstram que a universidade brasileira está atenta ao que se refere o Art. 43 da LDB 9394/96, que expressa as seguintes diretrizes: estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; formar profissionais nas diferentes áreas; incentivar a pesquisa, visando ao desenvolvimento; divulgar conhecimentos culturais, científicos e técnicos; promover o aperfeiçoamento cultural e profissional; estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente; promover a extensão, aberta à participação da população.

Os Estatutos ainda não tratam da Educação à Distância como sendo uma de suas principais finalidades, como também não tratam da institucionalização de um sistema de avaliação interna e externa, de forma a tender às exigências do SINAES. Outras questões, referentes às finalidades da educação superior no mundo, que talvez precisem ser reforçadas nos Estatutos: igualdade de acesso, cooperação com o mundo do trabalho; diversificação como forma de ampliar a igualdade de oportunidades; avaliação da qualidade, gestão e financiamento como serviço público.

Há uma tendência muito forte nas estratégias adotadas pelas universidades e pelo próprio Estado brasileiro, onde são reforçadas as práticas da competitividade, do controle de qualidade, da produtividade em termos de publicação, ou seja, uma luta desenfreada para adquirir poder e prestígio neste campo. Todo este quadro demonstra que a educação superior tem recebido influências do campo da Administração, da Economia e das Ciências Políticas, que por sua vez, são campos os quais adotam conceitos próprios do universo capitalista e visam a maximização dos resultados.

Segundo Pereira (2007), assim, a educação vai ficando mais utilitarista, mais instrumental e mais simplificada, produzindo ideias e conhecimentos como se produzisse mercadoria para alimentar o processo de consumo, como valor de mercado, contrariando todo o processo histórico da universidade, que nasceu e se

desenvolveu como espaço importante de reflexão e investigação, comprometida com o bem comum de integração cultural. O problema não está em adequar-se às exigências do campo econômico, mas em voltar-se exclusivamente para atender aos fins do universo capitalista e às exigências comerciais do mercado, porque assim, suas finalidades sociais e educacionais, ficarão como a lâmpada acesa debaixo da mesa.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atual modelo de gestão adotado pelas universidades pesquisadas através dos Estatutos e dos Planos de Desenvolvimento Institucional é muito semelhante entre elas, mesmo porque são IES públicas, adotam o formato da gestão democrática, participativa e colegiada. As decisões são tomadas no plano da participação de seus segmentos nos conselhos, seguindo, de certa forma, a orientação da Constituição Federal, a qual determina no Art. 207, que as universidades gozam de autonomia em seus múltiplos aspectos. Outra questão muito recorrente em todos os documentos é a defesa da indissociabilidade entre os processos de ensino, pesquisa e extensão, também uma orientação da CF e da LDB.

Os documentos pouco se diferem quando tratam da geração do conhecimento. Todos identificam seus múltiplos aspectos: científico, artístico, tecnológico e humanístico. Em se tratando de princípios e finalidades, dois aspectos se diferem: as universidades estaduais estabelecem como finalidade contribuir na elaboração e aplicação das políticas governamentais, o que não acontece nos documentos das IES federais. Nestas, a diferença é que estão organizadas em departamentos, um tipo de formato que não acontece nos documentos da IES estaduais.

De modo geral, as instituições enfrentam, praticamente, as mesmas tensões e desafios. As influências do campo econômico e empresarial causam certo desconforto para os defensores da missão social, humana e política da universidade. Portanto, vê-se que as instituições marcham lentamente, no sentido de alcançar o equilíbrio entre estas duas vertentes: de um lado, a responsabilidade social universitária, como um mecanismo de promoção humana e ética na formação de profissionais capazes de contribuir com a transformação do tecido social e a conseqüente melhoria na qualidade de vida das pessoas; de outro lado, as pressões do universo capitalista, as quais remetem as instituições, de certa forma, a adotarem conceitos externos em sua governança acadêmica e institucional, como por exemplo: competitividade, produtividade, ênfase nos resultados, quase-mercado, educação como serviço comercial, poder, prestígio, financiamento e outros, próprios do campo das Ciências Econômicas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 0394/96. Brasília: Senado Federal, 1996.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: ANPEd/Autores Associados, nº 24, Set/ Out/Dez 2003, p.5-15.

DEMO, Pedro. Qualidade e modernidade da educação superior: discutindo questões de qualidade, eficiência e pertinência. **Educação Brasileira**. Brasília, CRUB, 1991, v. 13, n. 227.

DIAS SOBRINHO, José. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

ESCRIGAS, Cristina e LOBERA Josef (e Equipe Editorial). Introdução: novas dinâmicas para a Responsabilidade Social. In: GUNI. **Educação superior em tempos de transformação: novas dinâmicas para a responsabilidade social**. Tradução: Vera Muller. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 3-19.

MACHADO, José Nilson. A Universidade e a organização do conhecimento: a rede, o tácito, a dádiva. **Estudos Avançados**. 2001, v.15, n.42, p.333-352.

MAGALHÃES, António. **A identidade do ensino superior: política, conhecimento e educação numa época de transição**. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2006.

PEREIRA, Maria Arleth. Os impactos das políticas neoliberais na educação superior. **Práxis Educacional**, v, 3, n. 3, 2007, p 71-89.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. Porto: Afrontamento, 1994.

\_\_\_\_\_. **A universidade no século XXI: por uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2010.

TRINDADE, Hélió. Universidade em perspectiva: sociedade, conhecimento e poder. **Revista Brasileira de Educação**. Conferência de abertura da XXI Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, setembro de 1998, p. 05-15.

UNESCO. **Conferência mundial sobre o ensino superior 2009: as novas dinâmicas do**

ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social. Paris, 05 a 08 de julho de 2009.

ZABALZA, Miguel. **O ensino universitário:** seu cenário e seus protagonistas. Porto Alegre: Artmed, 2004.

**ABSTRACT:** University management is a recurring theme in the debates surrounding the mission of HEIs in response to the demands of today's society. It is an emblematic issue, because these demands come from different strands, sometimes from the social field or from the economic field. The purpose of this article is to analyze the mission of the Brazilian public university, in order to identify the determinant management paradigm in the constitution of its institutionality. The methodology adopted was the qualitative approach, with the use of document analysis as a data collection technique. The participating HEIs add up to a total of 10, of which five are federal and five are state. It is perceived that public universities face the difficult task of allying their social and educational mission to the concepts coming from the economic field.

**KEYWORDS:** university, mission, society, knowledge, economy.

## Sobre as organizadoras

**MIRIAM ADALGISA BEDIM GODOY** Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá (1990) e Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (2003). Atualmente é estatutário e pesquisadora da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Avaliação da Aprendizagem, atuando principalmente nos seguintes temas: problemas de aprendizagem, educação especial, obstrução das vias aéreas superiores, respiração oral e problemas de atenção. Doutoranda em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos

**SANDRA APARECIDA MACHADO POLON** Possui graduação em pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1995), Mestrado em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (2002) e Doutorado em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (2014). Atualmente é Professora no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-Oeste-UNICENTRO. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Gestão escolar, Política Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, projeto pedagógico, formação de professores, educação do campo, educação infantil e séries iniciais.

## Sobre os autores

**ALEXSANDRA DOS SANTOS OLIVEIRA** Doutora em Educação (2016) pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES; Mestre em Educação (2008) pela mesma Universidade; Especialista em Gestão e Docência na EAD (2014) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Especialista em Gestão Escolar (Programa Nacional Escola de Gestores- 2013) - UFES; Especialista em Pedagogia Institucional (2010), Instituto Superior de Educação e Cultura; Graduada em Pedagogia (2005) - UFES. Gerente de Educação Cidadã na Secretaria Municipal de Educação de Cariacica/ES; Tutora do curso de Pedagogia a distância - Secretaria de Ensino a Distância - SEAD/UFES. E-mail: [ale2013oliveira@gmail.com](mailto:ale2013oliveira@gmail.com)

**ALINE CHALUS VERNICK CARISSIMI** Pedagoga e Doutora em Educação - na linha de Políticas Educacionais - UFPR (2016). Mestre em Educação - na linha de Políticas e Gestão da Educação - UFPR (2011). Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico - UFPR (2006) e Educação Infantil - UniCuritiba (2005). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (2004). Atualmente é Pedagoga - Secretaria Municipal de Educação de Curitiba e Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Coordenadora Estadual do Departamento de Pedagogas da APP-Sindicato. Professora de ensino superior com experiência em cursos de graduação e pós graduação (especialização). Orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso na especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social - UFPR (bolsista). Colaboradora do INEP/MEC na elaboração das avaliações do SAEB (Provinha Brasil, Prova Brasil, Avaliação Nacional da Alfabetização - ANA), ENADE e da Prova Nacional de Ingresso na Carreira Docente. Associada à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Associada à Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE). Conselheira Titular do Conselho Municipal de Educação de Curitiba de 2010 a 2013

**AMANDA MAXIMO SILVA** Bacharel em Direito pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE), Especialista em Direito Administrativo pela Instituição Toledo de Ensino, Mestre em Adolescente em Conflito com a Lei pela Universidade Bandeirante Anhanguera de São Paulo - SP. Advogada. Desenvolve estudos sobre Políticas Públicas. Autora de artigos publicados em periódicos. E-mail: [amanda\\_maximo@hotmail.com](mailto:amanda_maximo@hotmail.com)

**ANA DENISE RIBAS DE OLIVEIRA** Formada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná; Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico pela Universidade Federal do Paraná; Pedagoga Escolar da Prefeitura Municipal de Curitiba - desde 2002; Professora Pedagoga na rede estadual do Paraná - desde 2004; Dirigente da CNTE - Confederação Nacional Trabalhadores em Educação - Gestão: 2011; Dirigente SISMMAC - Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba - Gestão: 2005 e 2008

**ANA PAULA SOUZA BÁFICA** Professora da Rede Municipal de Ensino de Canavieiras- Bahia.

Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2015). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2009). E-mail: paulasbafica@hotmail.com

**ANTONIA SUELI DA SILVA GOMES TEMÓTEO** Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Graduação em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte UERN; Mestrado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN; Doutoranda em Linguística Aplicada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS; Membro dos Grupos de pesquisa: Formação, Currículo e Ensino – FORMACE e Formação de professores, Multiletramentos e Identidades – FORMLI. E-mail para contato: suelisilva.17@hotmail.com

**BARTOLOMEU JOSÉ RIBEIRO DE SOUSA** Professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Graduado em Licenciatura em Biologia e Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Mestre em Educação pela Universidade de Católica de Brasília (UCB). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão e Financiamento da Educação Básica (GEFINEB). E-mail: [bartolomeu.sousa@gmail.com](mailto:bartolomeu.sousa@gmail.com)

**CLAUDIA ALVES DA SILVA** Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Membro dos Grupos de pesquisa: Grupo de Pesquisa Educação e Subjetividade (GEPES) e Grupo Formação, Currículo e Ensino (FORMACE). E-mail para contato: claudiaposeduc@outlook.com

**CLAUDIO OLIVEIRA FERNANDES** Professor da Rede Estadual de Educação do Estado de São Paulo; Graduação em História pela Universidade Uniban/Anhanguera (UNIAN) de São Paulo e Graduação em Pedagogia pelo Instituto de Educação e Tecnologias, INET, Brasil; Mestrado Profissional em Adolescente em Conflito com a Lei, pela Universidade Anhanguera de São Paulo; Grupo de pesquisa: Associado da (ANPAE) Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação e (IBDECRIA-ABMP) Instituto Brasileiro de Direito da Criança e do Adolescente; E-mail para contato: [claudioof@gmail.com](mailto:claudioof@gmail.com)

**DARLUCE ANDRADE DE QUEIROZ** Professora da Rede Municipal de Ensino de Canavieiras-Bahia. Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2015). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2010). E-mail: [darluceaq@hotmail.com](mailto:darluceaq@hotmail.com)

**EDNACELI ABREU DAMASCENO** Doutora em Educação (UFMG – 2010). Professora Adjunta do Centro de Educação, Letras e Artes (CELA) da Universidade Federal do Acre (UFAC). Mestre em Educação (UNICAMP - 2005) e Graduada em Pedagogia (UECE - 1992). Professora do Curso de Pedagogia, Licenciaturas e da Pós-graduação - Mestrado em Educação. Atua lecionando disciplinas como: Investigação e Prática Pedagógica (Prática de Ensino), Estágio Supervisionado, Didática Geral, Trabalho e

saberes Docentes, Currículo: Organização e Prática e Profissão Docente - na Graduação e Seminário de Pesquisa, Política de Formação de Professores no Brasil e Formação de Professores e Trabalho Docente - na Pós-Graduação. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, Gestão Escolar, Trabalho e Formação Docente (GEPPEAC). email: [ednaceli@yahoo.com.br](mailto:ednaceli@yahoo.com.br)

**EMILLY GANUM AREAL** Possui formação inicial em Letras pela Universidade Federal do Acre (1998), Especialização em Psicopedagogia (FIVE: 2003), MBA em Gerenciamento de Projetos (FGV: 2010), Mestre em Educação (UFAC: 2016). Membro do GEPPEAC - Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, Gestão Escolar, Trabalho e Formação Docente da Universidade Federal do Acre, desde 2014. Professora convidada do PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores (UFAC) desde 2016. Professora de Língua Portuguesa desde 1997.

**GERMANA COSTA PAIXÃO** Professora da Universidade Estadual do Ceará. Coordenadora do Curso de Ciências Biológicas a distância da Universidade Estadual do Ceará/Universidade Aberta do Brasil. Membro do Corpo Docente do Mestrado Profissional de Ensino de Biologia-PROFBIO. Graduada em Medicina Veterinária pela Universidade Estadual do Ceará. Mestrado em Patologia pela Universidade Federal do Ceará. Vice Líder do Grupo de Pesquisa Tecnologias Educacionais e Educação a distância. E-mail: [germana.paixao@uece.br](mailto:germana.paixao@uece.br)

**GILDECI SANTOS PEREIRA** Pedagoga, Especialista em Educação do Campo, Desenvolvimento e Sustentabilidade (UFPA/Belém); Especialista em Gestão Pública (UFPA); Mestra em Educação e Cultura (UFPA/ PPGEDUC- Campus de Cametá, Professora efetiva da Educação Básica, da Rede municipal de ensino do município de Marabá - PA, atuando na formação continuada da Secretaria Municipal de Educação no Município de Marabá - PA, acompanhando e orientando os professores das escolas do campo em suas práticas pedagógicas, na organização do trabalho pedagógico. E-mail: [gil.bela@hotmail.com](mailto:gil.bela@hotmail.com)

**HERCULES GUIMARÃES HONORATO** Professor da Escola Naval - Rio de Janeiro; Graduação em Ciências Navais - habilitação em Administração de Sistemas; Mestrado em Educação pela Universidade Estácio de Sá; Chefe do Centro de Estudos de Ensino da Escola Naval; E-mail para contato: [hghhhma@gmail.com](mailto:hghhhma@gmail.com)

**IRANDI PEREIRA** Docente (IBDCRIA-ABMP) e membro do Instituto de Cidadania e Direitos Humanos; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação (ANPAE, ANDHEP) e entidades da sociedade civil (FBSP, NECA) e associada; Graduação em Pedagogia pela Universidade de São Paulo (USP); Mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP); Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP); Grupo de pesquisa: Pesquisadora do Observatório de Educação da Universidade Brasil/SP. Diretora do Instituto Brasileiro de Direito da Criança e do Adolescente. Autora de artigos e materiais pedagógicos no campo da criança, adolescente e juventude, educação e serviço social. Bolsista Produtividade

em Pesquisa pela Fundação; E-mail para contato: [irandip@gmail.com](mailto:irandip@gmail.com). CV: <http://lattes.cnpq.br/3312701286183687>

**JANE RANGEL ALVES BARBOSA.** Universidade Castelo Branco. Centro Universitário de Volta Redonda. Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro

**JEAN MÁRIO ARAÚJO COSTA** Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestrado em Educação pela UFBA, Graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Especialista em Política do Planejamento Pedagógico: currículo, didática e avaliação pela UNEB. É Pesquisador do Grupo de Pesquisa Política e Gestão da Educação da UFBA e do Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação de Políticas e Projetos Sociais (GAPPS) da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Gestão, atuando principalmente nos seguintes temas: Políticas Públicas, Formação de Professores, Atuação do Coordenador Pedagógico, Práticas Pedagógicas, Financiamento da Educação e Organização de Sistemas de Ensino.

**JORGE FERNANDES** Professor da Universidade Federal do Acre; Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Acre; Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Acre. Especialista em Políticas Públicas, com ênfase em gênero e raça pela UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto 2012. Autor dos livros: *“Negros na Amazônia acreana”* (2012) e *“Da trajetória escolar ao sucesso profissional: narrativas de professoras e professores negros”* (2017). Autor do artigo: A mestiçagem na região amazônica versus estatuto da igualdade racial. Coautor do artigo: A construção possível do projeto político-pedagógico da escola: um relato de experiência a partir do esforço coletivo.

**JOSÉ NELSON ARRUDA FILHO** Professor da Universidade Estadual do Ceará. Coordenador do Curso de Especialização em Gestão Pedagógica da Escola Básica da Universidade Estadual do Ceará/Universidade Aberta do Brasil. Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará. Mestrado em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará. Membro do Grupo de Pesquisa Tecnologias Educacionais e Educação a distância. E-mail: [nelson.arruda@uece.br](mailto:nelson.arruda@uece.br)

**JUCELI BENGERT LIMA** Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ; Licenciatura em Matemática pela Fundação Universidade do Rio Grande – FURG; Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC; Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Pernambuco – UFPE; Grupo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa Infância e Educação na Contemporaneidade - GPIEDUC; E-mail para contato: [juceli.bengert@fundaj.gov.br](mailto:juceli.bengert@fundaj.gov.br)

**LÍVIA CRISTINA RIBEIRO DOS REIS** Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestrado em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail para contato: [liviacristinarr@hotmail.com](mailto:liviacristinarr@hotmail.com)

**LÚCIA DE FÁTIMA MELO** Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Acre (1992); Especialização em Currículo e Avaliação Educacional pela Universidade Federal do Acre (1996); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002). Doutorado em Educação: conhecimento e inclusão social pela UFMG na linha de pesquisa: Políticas Públicas Educacionais: concepção, implementação e avaliação (2010). É professora adjunta da Universidade Federal do Acre, lotada no Centro de Educação, Letras e Artes, onde atua na Graduação nas seguintes áreas: Organização da Educação Básica e Legislação do Ensino; Gestão Escolar e Organização Curricular e Gestão da Escola e na Pós Graduação "Stricto Sensu", Mestrado em Educação, onde trabalha a disciplina Estado, Políticas Públicas e Educação e orienta estudos com foco nas políticas educacionais e na gestão escolar. Vice Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, Gestão Escolar, Trabalho e Formação Docente - GEPPEAC, com pesquisas nas linhas: políticas educacionais e gestão escolar.

**LUIS CARLOS SALES** Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí (1995) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1999). Atualmente é professor associado da Universidade Federal do Piauí. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, representações sociais, Política Educacional, financiamento da educação, formação de professores e qualidade na educação. Ex-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI e ex-chefe do Departamento de Fundamentos da Educação/CCE/UFPI. Foi assessor Pedagógico e Secretário Executivo da Secretaria Municipal de Educação de Teresina. Foi avaliador da CAPES (triênio 2007, 2008 e 2009). Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI (Mestrado e Doutorado) e do Departamento de Fundamentos da Educação/CCE/UFPI.

**LUZINETE BARBOSA LYRIO** Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da Universidade Salvador (UNIFACS); Mestra em Desenvolvimento Regional e Urbano pela UNIFACS; Mestra em Ciência da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; Especialista em Direito Educacional; Planejamento Educacional e Gestão Educacional; Graduada em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Supervisora Geral da Rede de Assistência Técnica para Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação do Estado Bahia por meio da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (2016 e 2017). Área de atuação: Formação de Professores, Gestão Educacional, Políticas Públicas Educacionais, Planejamento Educacional.

**MANOEL ZÓZIMO NETO** Assistente em Ciência e Tecnologia - Fundação Joaquim Nabuco Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Bacharel em Direito pela Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO. Especialista em Formação de Professores Pela Universidade Federal Rural de Pernambuco –

UFRPE. Mestrado em Ciência da Educação pela Universidade da Madeira – Uma. Grupo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa Infância e Educação na Contemporaneidade - GPIEDUC; Coordenador Técnico e Logístico dos Cursos de atualização em gestão escolar. Elaboração e construção de projeto de pesquisa, Atualização e prática em educação infantil – Fundação Joaquim Nabuco. E-mail: zozimo@hotmail.com.

**MARIA SUELI CORRÊA DOS PRAZERES** Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura - PPGEDUC da Universidade Federal do Pará (UFPA); Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Grupo de pesquisa em Educação do Campo da Região Tocantina - GEPECART

**NOÁDIA MUNHOZ PEREIRA** Licenciada em Pedagogia pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)- (2004) Mestre em Educação pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)- (2008) Doutoranda em Educação pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU) – (2014-2018) Contato: e-mail: [noadia.pereira@ufu.br](mailto:noadia.pereira@ufu.br)

**ODETE DA CRUZ MENDES** Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura – PPGEDUC da Universidade Federal do Pará (UFPA); Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Grupo de pesquisa em Educação Superior –GEPES

**PATRÍCIA MARIA UCHÔA SIMÕES** Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ; Membro do corpo docente do Programa de Pós Graduação em Educação, Culturas e Identidades – PPGECI da FUNDAJ/UFRPE; Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE; Mestrado em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Doutorado em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Grupo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa Infância e Educação na Contemporaneidade - GPIEDUC; E-mail para contato: [patricia.simoese@fundaj.gov.br](mailto:patricia.simoese@fundaj.gov.br).

**RAIMUNDA MARIA DA CUNHA RIBEIRO** Professora da Universidade Estadual do Piauí. Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí. Mestrado em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pós Doutorado em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina/Campus de Joaçaba-Sc. Grupo de pesquisa: Grupo de Estudos e Pesquisas Educacionais. E-mail para contato: [raicribeiro@ig.com.br](mailto:raicribeiro@ig.com.br)

**ROSA ELISA MIRRA BARONE** Graduada em Ciências Sociais pela Universidade

Estadual Paulista (Araraquara), Mestre e Doutora em Educação: História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. Desenvolve trabalhos voltados para as áreas de Educação e Políticas Públicas, Educação e Trabalho considerando diferentes contextos. Além dos artigos publicados em periódicos, é autora de *Canteiro-escola: trabalho e educação na construção civil* (EDUC/FAPESP, 1999), co-organizadora dos livros *Educação e Políticas Públicas: tópicos para o debate* (Junqueira & Marin, 2007), *Formação de Pedagogos e Cotidiano Escolar* (Alexa Cultural, 2009), *Qualificação profissional em Construção. Formação e aprendizagem na Construção Civil*. (CRV Editora, 2014), *Juventude e trabalho: desafios no mundo contemporâneo* (EDUFBA, no prelo). E-mail: [rebarone@uol.com.br](mailto:rebarone@uol.com.br)

**ROSE CLEIA RAMOS DA SILVA** Professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão e Financiamento da Educação Básica (GEFINEB). E-mail: [rosecleiarsufmt@gmail.com](mailto:rosecleiarsufmt@gmail.com)

**SARA ROZINDA MARTINS MOURA SÁ DOS PASSOS** Fundação Cesgranrio. Belford Roxo/RJ.

**SÍLVIA MARIA OLIVEIRA DE SOUZA** Possui graduação em PEDAGOGIA pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, ESPECIALIZAÇÃO em Docência do Ensino Superior, também pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, ESPECIALIZAÇÃO em Gestão da Educação Municipal pela Universidade Federal de Tocantins - UFTO, MESTRA em Educação pela Universidade Federal do Piauí - UFPI. Tem experiência na área da educação como Secretária Adjunta de Educação, docente, administradora escolar, coordenadora pedagógica, supervisora e assessora de programas e projetos educacionais. É pesquisadora de políticas públicas educacionais e atualmente pesquisa a política do Programa Mais Educação. Atualmente é Assessora de Planejamento e Gestão na Secretaria Municipal de Educação de Codó - MA.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-93243-49-3



9 788593 243493